TC 002.327/2015-5

Tomada de Contas Especial

Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Deivson Oliveira Vidal, ex-Presidente do Instituto Mineiro de Desenvolvimento (atualmente renomeado de Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania - IMDC), em decorrência da impugnação total de despesas suportadas por recursos repassados ao mencionado Instituto por força do Convênio 742228/2010, celebrado com o MTur (peça 1, p. 44-80), cujo objeto consistia no incentivo ao turismo por meio da implementação do projeto intitulado "*Juninão de Arcos*", nos termos do plano de trabalho aprovado (peça 1, p. 198-216).

2. O termo do ajuste previa a aplicação de R\$ 105.000,00 para a execução do objeto, sendo R\$ 100.000,00 repassados pelo Mtur e R\$ 5.000,00 custeados pelo município. Os recursos federais foram transferidos de uma só vez, mediante a Ordem Bancária 2010OB801432, de 6/10/2010 (peça 1, p. 86).

3. O convênio vigeu no período de 26/6/2010 e 20/11/2010 (peça 1, p. 88). O Instituto apresentou a prestação de contas por meio de ofício emitido em 13/12/2010 (peça 1, p. 94).

4. O Relatório de Tomada de Contas Especial 362/2014 concluiu pela ocorrência de dano ao erário no valor de R\$ 100.000,00 e pela responsabilidade do Sr. Deivson Oliveira Vidal em solidariedade com o Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania – IMDC (peça 1, p. 240).

5. No Relatório de Auditoria 1.629/2014, a Controladoria-Geral da União, baseando-se, inclusive, nas constatações contidas na Nota Técnica de Reanálise Financeira 001/2013/GT e no Relatório de Tomada de Contas Especial 362/2014 (peça 1, p. 144-162 e 234-240), apresentou rol das principais irregularidades verificadas na execução do ajuste (peça 1, p. 278), a saber:

- a) declaração da empresa LS Eventos atestando a locação de cabines sanitárias para coleta de dejetos, porém, sem possuir atividade econômica compatível para execução do serviço, resultando na glosa técnica de R\$ 2.100,00;
- b) alteração das especificações/dimensões das tendas locadas (formato piramidal, de 3 x 3 metros para 10x10 metros), sem anuência do Concedente, o que resultou na impugnação técnica de R\$ 9.000,00;
- c) não apresentação da declaração válida de Autoridade Legal atestando a realização do evento;
- d) ausência de documentos na prestação de contas que demonstrem que os preços apresentados para a locação de serviços e equipamentos para eventos correspondiam aos praticados no mercado à época do evento;
- e) ausência de documentos na prestação de contas que demonstrem a publicidade para a contratação dos serviços e equipamentos utilizados na execução da parte de infraestrutura do evento, e dos critérios de escolha e convite à apresentação das propostas de três empresas indicadas, além da falta de registro no SICONV das

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

propostas fornecidas, o que enseja a reprovação financeira do total de R\$ 57.000,00, concernente ao item infraestrutura do evento;

- f) contratação de artista por inexigibilidade de licitação, não devidamente demonstrada, com ausência de contrato de exclusividade válido com representante do artista (devidamente registrado em cartório), contrariando o disposto no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93, e no item 9.5.1 do Acórdão TCU N° 96/2008 - Plenário, resultando na reprovação da quantia de R\$ 43.000,00, referente ao recurso federal empregado;
- g) as cópias digitais das Notas Fiscais N° 0006 e 100 emitidas pelas empresas contratadas Lucas Cassimiro da Silva ME e Caná Promoções e Comércio Ltda. não foram registradas no SICONV, descumprindo o disposto no art. 3° da Portaria Interministerial 127/2008;
- h) não fornecimento de declaração de guarda de documentos relativos à prestação de contas, conforme disposto no §3° do art. 3° da Portaria Interministerial 127/2008;
- i) ausência de informações, na Prestação de Contas e no SICONV, da retenção de tributos (INSS, IRRF, ICMS, ISS).

6. Após a instrução inicial e a realização de diligência, a unidade instrutiva promoveu a citação do Sr. Deivson Oliveira Vidal em solidariedade com o Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania (peças 16-20, 24-28 e 33), fundamentada nas seguintes ocorrências:

a) Irregularidade: não comprovação da execução física do objeto do convênio, caracterizada pela não apresentação de fotografias ou filmagens datadas e em foco aberto e fechado, de matérias jornalísticas pós eventos, e de declaração de autoridade local válida acerca da realização dos shows de modo que não se demonstrou a execução dos itens referentes a atrações artísticas e itens de infraestrutura contratados.

7. As alegações de defesa constantes das peças 31 e 32 correspondem, respectivamente, aos ofícios de citação 5143/2019 e 5135/2019 (peças 17 e 22), dirigidos aos IMDC e ao Sr. Deivson Oliveira Vidal. Desse modo, embora os dois expedientes de defesa, em sua parte preambular, façam referência apenas ao Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania – IMDC, impende considerar que o documento contido na peça 31 contém as alegações de defesa do IMDC e o constante da peça 32 diz respeito às alegações do Sr. Deivson Oliveira Vidal.

8. Em síntese, os responsáveis alegam que, em 9/9/2013, foram surpreendidos pela “Operação Esopo” do Departamento de Polícia Federal e do Ministério Público Federal, haja vista a execução de medidas cautelares de busca e apreensão e de sequestro e bloqueio de bens, que tinham como alvo a documentação física localizada nas instalações do IMDC, o Servidor Geral do IMDC, os computadores e notebooks do IMDC, além de outros bens (peças 31 e 32).

9. Em razão dessa ocorrência, os responsáveis alegam que estão impossibilitados de “*atender à solicitação pleiteada*” nos ofícios de citação (peça 31, p. 2, e peça 32, p. 2).

10. As alegações de defesa dos responsáveis não devem ser acolhidas, tendo em vista que carecem de provas da impossibilidade de obtenção dos documentos que demonstrariam a regular aplicação dos recursos em tela. Ademais, não existem evidências do cumprimento das mencionadas cautelares, assim como não existem informações a respeito do conteúdo dos documentos e computadores supostamente apreendidos.

11. Tendo em vista que os elementos constantes dos autos apontam para a aplicação irregular dos recursos do ajuste, entendo que as alegações de defesa devem ser rejeitadas e, por conseguinte, as contas dos responsáveis devem ser julgadas irregulares, condenando-os, solidariamente, em débito, e aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

12. Por todo o exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta concordância com a proposta da unidade técnica, consignada na peça 35, p. 7-8, ressalvando a necessidade de inclusão, no texto contido no subitem 41.2 da instrução, de referência à solidariedade dos responsáveis quanto ao débito.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador